

Conservadores evolucionistas

As políticas do tempo do “Projeto de Nação”
de setores militares brasileiros

Evolutionary Conservatives

The Politics of Time of the “*Projeto de Nação*”
of Brazilian Military Sectors

MAURO FRANCO NETO*

RESUMO Neste texto, analisamos o documento “Projeto de Nação: o Brasil em 2035”, publicado em 2022 por grupos ligados a setores militares e conservadores a partir de suas projeções de futuro e invocações de passado. Para tanto, lançaremos mão da categoria analítica “políticas do tempo” que nos auxilia na interpretação dos enquadramentos temporais [*temporal framing*] construídos como forma de autolegitimação e intervenção política. Nossa hipótese é que o “Projeto de Nação” explora imagens e figurações temporais de modo a naturalizar sentidos e compreensões históricas ligados a uma ideia de nação e cultura brasileira que privilegiam a homogeneidade sobre a diferença. Para tanto, o documento recorre a características do gênero utópico e ao desprezo pela reflexão teórica como formas de encobertamento autoral e neutralização do caráter situado do sujeito enunciador.

PALAVRAS-CHAVES Militares, História do Brasil, Temporalidade

* <https://orcid.org/0000-0002-5473-8436>
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Campus Divinópolis, Av. Paraná, 3001,
Jardim Belvedere I, Divinópolis, Minas Gerais, 35501-170, Brasil
franconeto.m@hotmail.com

ABSTRACT In this text, we analyze the document “Projeto de Nação: O Brasil em 2035,” published in 2022 by groups linked to military and conservative sectors based on its projections of the future and invocations of the past. To this end, we will use the analytical category “politics of time,” which helps us interpret the temporal framing constructed as a form of self-legitimation and political intervention. Our hypothesis is that the “Projeto de Nação” explores temporal images and figurations in order to naturalize historical meanings and understandings linked to an idea of nation and Brazilian culture that privilege homogeneity over difference. To this end, the document resorts to characteristics of the utopian genre and disregard for theoretical reflection as forms of authorial concealment and neutralization of the situated character of the enunciating subject.

KEYWORDS Military, History of Brazil, Temporality

Em 19 de maio de 2022, durante cerimônia de lançamento do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”, o então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, saudava a ocasião e sentenciava a ideia de nação que guiava o nascente projeto:

somos o amálgama de diversas origens, desde o branco europeu ao negro africano e aquele que já se encontrava aqui, o ameríndio. Criamos essa raça distinta, essa raça que é vencedora porque sempre soube superar as suas dificuldades (Instituto Sagres, 2022b).

Ao recuperar a conhecida fórmula de Von Martius, por muitas vezes reelaborada, de como se deveria escrever a história do Brasil, Mourão acreditava que seria possível “superar nossas idiossincrasias” e “realizar nosso destino manifesto: ser a democracia liberal mais próspera ao sul do Equador” (Instituto Sagres, 2022b). A fala de Mourão

está em consonância com diversas passagens do *Projeto* em que se vislumbra um Brasil em 2035 tendo passado por um “enfraquecimento das correntes políticas de ideologias radicais, reduzindo a cisão social e aumentando a coesão nacional” (Instituto Sagres, 2022a, p. 12). Parecia ser uma questão sensível para o *Projeto* a neutralização de “radicalismos ideológicos”, associados à dimensão do utópico, que advogariam “anti-valores culturais brasileiros” (Instituto Sagres, 2022a, p. 46).

Se projetar o Brasil de 2035 era o principal objetivo do *Projeto*, isto não aconteceria, porém, sem uma firme ancoragem histórica previamente estabelecida. Assim, se estrutura uma compreensão da história brasileira que deve ser “valorizada” a partir da retomada dos “vultos históricos do Brasil, sem viés ideológico, a fim de resgatar a identidade nacional” (Instituto Sagres, 2022a, p. 46). Os vultos, no caso, eram uma série de publicações que, na esteira do “Plutarco brasileiro”, de João Manuel Pereira da Silva, publicado em 1847, propunham uma pedagogia histórica nacional a partir da biografia de grandes homens “num amplo empreendimento de reconciliação das elites nacionais” (Enders, 2000, 47).

De igual modo, o *Projeto* ainda recomendava a “difusão de obras que marcaram o curso de nossa historiografia”, como a “Coleções Brasileiras”, obra assinada pelo filósofo baiano Antônio Paim e publicada em 2019, com o selo do Conselho Editorial do Senado Federal. A obra de Paim se propunha a comentar trabalhos como aquele da Companhia Editora Nacional, organizadora de outra coleção Brasileira, a dos anos 1930, como parte, na época, da elaboração de uma pedagogia da nacionalidade (Ver: Venancio, 2014, p. 111). Paim fora, nos anos 1970, professor de Ricardo Vélez Rodríguez que, em 2019, ocupou o Ministério da Educação do governo Bolsonaro e com quem comungava a mesma “ojeriza às ideias socialistas e à doutrinação marxista nas universidades brasileiras” (Evelin, 2019).

Figura 1: Cerimônia de lançamento do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”, maio de 2022



Fonte: Instituto Sagres, 2022b.

Neste texto, exploraremos as invocações do passado e projeções de futuro realizadas pelo documento “Projeto de Nação: o Brasil em 2035”, publicado em 2022, por grupos ligados a setores militares e conservadores. Passaremos inicialmente pelas operações alegadamente metodológicas do documento para, num segundo momento, darmos espaço a uma dimensão descritiva de suas projeções. Então, passaremos à interpretação do documento a partir da categoria das políticas do tempo, que possibilita compreender suas operações temporais de modo que, ao fim, apresentaremos nossa hipótese acerca de uma relação que o pensamento conservador estabelece com o gênero utópico e o encoberimento do sujeito enunciador da narrativa histórica.

O PROJETO: MÉTODO E FICÇÃO

O “Projeto de Nação: O Brasil em 2035” surge como um documento assinado por três institutos: Instituto General Villas Bôas; Instituto

Sagres: Política e Gestão Estratégica Aplicadas; e Instituto Federalista¹. Publicado em fevereiro de 2022, o documento possui ligação direta com grupos de militares reformados e da reserva, vinculados ao então governo do presidente Jair Bolsonaro. Na cerimônia de lançamento supracitada, estavam, além de Mourão, o assessor especial do Gabinete de Segurança Institucional do Planalto, Eduardo Villas Bôas, e o general da ativa Valério Stumpf Trindade.

O trabalho em torno do documento fora coordenado pelo general reformado Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Comissão da Anistia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), criado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e sendo a primeira ministra a senadora Damares Alves. Paiva é ex-presidente da ONG Ternuma (Terrorismo Nunca Mais)², do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador da Ditadura Militar que morreu em 2015 (Charleaux, 2022).

Logo no texto de apresentação do *Projeto*, encontramos que sua construção só foi possível após “ampla Consulta a Especialistas e ao público em geral (Consulta Águres)” e que o documento “propõe Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político-Estratégicas, estabelecias [sic] após identificar os óbices para a concretização daqueles Objetivos” (Instituto Sagres, 2022a).

Somos informados de que o *Projeto* é construído a partir de métodos criados pelo Instituto Sagres, o qual chamam de FIGE (Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica), e que se caracteriza pela construção de possíveis cenários futuros que são constituídos pela metodologia “Consulta Águres”, disponibilizando um link no site Survey

1 Uma análise mais detalhada sobre fundação, características e membros de cada instituto pode ser encontrada em Mattos e Silva e Waldmann Júnior (2024).

2 Segundo Santos (2021, p. 290), Ternuma nasce como reação militar no contexto do mandato de Fernando Henrique Cardoso e da implantação de uma política pública voltada aos Direitos Humanos, com uma onda de grupos que irão questionar as indenizações dadas às vítimas de violações de direitos na Ditadura e a revelação de implicados em crimes de lesa-humanidade. Assim, “o Ternuma, por meio de seu site, será o lado visível dos militares da reserva ligados à comunidade de informações e segurança”.

Monkey, para que cidadãos respondessem a uma tabela pronta com um dado tema e qual a “incerteza” relacionada a ele, devendo também discorrer e criar um cenário a partir disso. Exemplo é o estabelecimento de um tema nomeado “Movimento Globalista”³, ao qual os convidados deveriam responder sobre como ele operaria (Caldeira, 2022).

Na seção “explicação necessária”, somos apresentados ao que o *Projeto* teria como finalidade última: a construção de uma “história do futuro”. Ali, podemos ler que “narrador e leitores são posicionados no horizonte temporal (neste caso 2035) para conhecer a evolução de uma conjuntura fictícia, como subsídio para a tomada de decisões, especialmente no nível político-estratégico (objetivos, diretrizes e estratégias)” (Instituto Sagres, 2022a, p. 9). Ainda na “explicação necessária”, podemos ler que

Não se trata de uma vã tentativa de adivinhar o futuro — até porque isso é impossível — mas sim de um exercício baseado em métodos consagrados para: alargar os mapas mentais; visualizar as principais tendências e suas possíveis rupturas; identificar ameaças e oportunidades; e propor medidas para a construção do melhor futuro possível (Intituto Sagres, 2022a, p. 9).

3 Uma apresentação mais detalhada da tese “globalista” foi dada por Rodrigo Nunes (2022). Com a hegemonia neoliberal se consolidando a partir da década de 1990, partidos oriundos da social-democracia que aceitavam como irreversíveis os processos de desregulamentação financeira, *offshoring* e aumento da desigualdade, e se propunham a apenas administrá-los em seus riscos e excessos, passam a lhe dar uma “face humana”. De tal modo, o que esses governos ofereciam era um *neoliberalismo progressista* – neoliberal quanto à política distributiva, mas progressista na sua política de reconhecimento, promovendo o multiculturalismo, a igualdade entre gêneros, a diversidade sexual, um mundo “pós-racial” e um ambientalismo mediado pelo mercado. Fato é que, se por um lado essa estratégia facultou aos antigos partidos social-democratas uma aliança com minorias, “acabou abandonando ainda mais a ‘classe trabalhadora branca’ à própria sorte – e à pregação da extrema direita, [...] que dizia aos perdedores desse processo: ‘você estão perdendo porque eles – mulheres, negros, gays... – estão ganhando’” (Nunes, 2022, p. 19-20). Ao fim, se é impossível imaginar condições econômicas diferentes das existentes, estando todos numa luta total e permanente, resta um confronto de soma zero ressignificado como choque entre “culturas” ou valores morais. Disso nasceria a tese do “globalismo” explorada pela extrema direita.

Figura 2: Capa da obra “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”



Fonte: Reprodução.

Por duas vezes é feita, porém, a ressalva de que tudo ali é “fictício” e “inserido somente para dar maior verossimilhança e compreensão ao conteúdo”. Ainda na construção ficcional em que se estrutura o documento, sua autoria é atribuída a “um relatório de conjuntura do escritório brasileiro de uma consultoria internacional (também fictícia), denominada CPEAZ, Consultoria Política e Empresarial para as Américas - SEÇÃO BRASIL” (Instituto Sagres, 2022a, p. 9). Na seção seguinte deste texto, advertimos o leitor para uma alteração na voz narrativa, de modo que possamos acompanhar “por dentro” a história do futuro do “Projeto de Nação: o Brasil em 2035”.

A HISTÓRIA DO FUTURO

Estamos em setembro de 2035 e “a imagem do Brasil no exterior tem se apresentado cada vez melhor, mesmo depois de frequentes ataques arquitetados por entidades com escusos interesses” (Instituto Sagres, 2022a, p. 14). Comparado a 15 anos atrás, isto é, 2020, a economia do país produziu 35% a mais e o agronegócio brasileiro é a explicação para tal sucesso, tendo obtido sucessivos ganhos de produtividade. Neste meio tempo, o país também superou outros importantes desafios: uma pandemia entre 2027 e 2028 do “Xvírus” e um conflito entre Estados Unidos, de um lado, e China e Rússia, de outro, tendo como palco a Guiana⁴ e as várias aquisições chinesas de áreas de mineração naquele território. A superação desses desafios só foi possível mediante a aplicação, em meados da década de 2020, da “EN”, isto é, a Estratégia Nacional, prevista no “Projeto de Nação”, em 2022.

A superação de outros obstáculos nesse percurso também foi importante. Talvez aquele mais decisivo tenha sido a luta contra o “globalismo”, isto é

movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários (Instituto Sagres, 2022a, p. 11).

O grande ator do “globalismo” é a elite financeira mundial, que procura tomar decisões sobre temas como crises econômicas, proteção

4 A escolha da Guiana não parece aqui casual. A ideia de que a Amazônia é um objeto da cobiça internacional não foi inventada pelos militares, mas foi por eles apropriada e ressignificada (Penido; Mathias; Barbosa, 2022, p. 105). A Amazônia cumpriria, assim, um importante papel para coesionar a tropa ao redor de um discurso nacionalista. Ainda que não esteja diante da possibilidade da invasão armada de outro país que pleiteie o território, a figuração da Amazônia atual cumpriria um papel similar ao anticomunismo. Ou seja, a oposição a este elemento é o que garante o sentido final de identidade para a tropa.

do meio ambiente e os direitos das minorias a partir de um processo centralizado, uma “agenda global” que, em 2035, ainda não se concretizou, haja vista a força do “Projeto de Nação” e suas estratégias. Essa elite, sempre procurando se aliar a países centrais, organismos internacionais, organizações não governamentais (ONGs), procura “interferir nas decisões de governantes e legisladores, especialmente em pautas destinadas a conceder benesses a determinadas minorias, em detrimento da maioria da população” (Instituto Sagres, 2022a, p. 12), acarretando um enfraquecimento da nação em sua busca pelo desenvolvimento. Uma das principais vias de atuação do “globalismo” seria a cooptação de setores das instituições públicas para atuarem “sob um prisma exclusivamente ideológico”, como nos casos do “ativismo judicial político-partidário”, ferindo o arcabouço legal vigente e, principalmente, a Constituição Federal.

As maiorias do país, porém, não se curvaram ao ativismo judicial e à ampla atuação das forças “globalistas”. Num arco de tempo que foi de 2015 a 2035,

sucessivas manifestações de grande porte tiveram como ator coletivo significativa parcela do povo que hoje se identifica como conservador e liberal, pressionando por mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político, em um processo que culminou com o despontar de novas lideranças” (Instituto Sagres, 2022a, p. 12).

Essas manifestações das maiorias tiveram como grande trunfo o combate às antigas lideranças patrimonialistas e fisiológicas, ligadas à corrupção. Em 2035, porém, o regime e o combate à corrupção estão estáveis após as lideranças surgidas desde 2015 terem ganhado força. Lideranças que apenas tiveram uma renovação garantida a partir de uma educação progressivamente “desideologizada” e com currículos que reforçavam valores morais, éticos e cívicos, fundamentais para o combate a correntes políticas de ideologias radicais, reduzindo a cisão social e aumentando a coesão nacional (Instituto Sagres, 2022a, p. 12).

Quem age e agiu, porém, para tornar possível esse Brasil que, em 2035, congrega estratégias e objetivos nacionais de modo tão harmônico? Sabidamente, a maioria dos cidadãos brasileiros, que podem ser identificados como “conservadores evolucionistas” (Instituto Sagres, 2022a, p. 15), no campo psicossocial, e liberais, porém conscientes da responsabilidade social de apoiar as camadas carentes da sociedade. Não obstante, o conservador, para não se tornar alguém que apenas defende os valores das instituições sociais tradicionais, agrega um componente evolucionista, não fazendo dele um “imobilista” e, de tal modo, advoga que “as mudanças e o contínuo desenvolvimento são necessários e saudáveis para as nações” (Instituto Sagres, 2022a, p. 15). Para garantir essa permanente mobilidade, promovem as liberdades civis, com destaque para a liberdade de expressão; incentivam o trabalho voluntário, em franca contraposição ao coletivismo involuntário, imposto pelo Estado; adotam um liberalismo econômico; defendem o individualismo econômico, a competição, a meritocracia e o sistema de livre empresa. Tudo isso, porém, com a garantia de que o Estado seguirá atento e responsável a setores e questões estratégicas.

Outros esforços garantiram o sucesso da estrutura político-estratégica no período: o desejo da maioria da população que se fez ouvir nas urnas, respaldando o projeto em sucessivos períodos eleitorais; a melhora da competitividade com a redução do “Custo Brasil”; os ganhos de produtividade relacionados aos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), especialmente no setor de agronegócio; uma educação básica que começou a mudar “quando a sociedade, [...] passou a exigir mudanças e a se contrapor às agressões [...] a que seus filhos e conhecidos eram submetidos, no ambiente escolar, por uma parcela daqueles que deveriam ser seus líderes e abnegados educadores” (Instituto Sagres, 2022a, p. 20); uma educação superior com melhora no desempenho com a decisão de cobrar mensalidades/anualidades; uma saúde na qual o Poder Público passou a cobrar indenizações pelos serviços prestados, mas exclusivamente das pessoas cuja renda familiar fosse maior do que três salários mínimos.

MODOS DE INVOCAR O PASSADO, MODOS DE IMAGINAR O FUTURO

Pauso essa imersão direta no *Projeto* para perguntar: como compreender a “história do futuro” (Instituto Sagres, 2022a, p. 9) que o “Projeto de Nação” dos setores militares diz explicitamente fazer? Recorro aqui a um texto recentemente apresentado em uma conferência proferida no Brasil, no qual a historiadora norte-americana Joan Scott afirmou que

quando as disputas pela direção do futuro – pelo menos neste momento – invocam diferentes significados de “história”, não devemos lê-los como determinações objetivas ou previsões definitivas, mas como programas políticos que imaginam futuros que podemos ou não querer habitar. A nossa interpretação dessas histórias, em outras palavras, é uma escolha política, ética, e provavelmente moral (Scott, 2023, p. 50).

Scott se referia aqui a casos, nos Estados Unidos, de julgamento da história nas suas mais diversas faces: sua essencialização, fechamento, consolo, redenção, antecipação, inspiração. Faces que, de algum modo, a levavam para o exame das maneiras pelas quais, em nosso momento atual, a “história” funciona retoricamente para fins políticos” (Scott, 2023, p. 37). Ao se aproximar de uma definição de história como “o estudo das relações contestadas de poder”, Scott observava que, mais do que um dado de fato, se desenvolvendo em uma linha reta e contínua, as relações entre passado, presente e futuro se tornam um problema a ser explorado, particularmente quando a palavra “história” é frequentemente usada de forma vaga para legitimar ou desafiar arranjos de poder prevaletentes.

Com as invocações à “história” operadas por atores políticos, desembarca também um tom de gravidade conferido pelo seu uso a qualquer assunto em questão, de modo que, no imaginário popular, sobrevive uma noção de história aparentemente desvinculada daqueles que irão escrevê-la. A “história” simplesmente é, acontece: força

autônoma e imparcial e com agência moral própria, capaz de distinguir o certo do errado (Scott, 2023, p.39).

Como também afirmou Nomi Lazar (2019), a conversa sobre o tempo e o enquadramento temporal [*temporal framing*] serve ao projeto de legitimação política. Tal legitimação é conduzida por formas de contar histórias, sendo a narrativa não algo desprovido de intencionalidade, mas o que dá significado à ação e a um dado evento em geral. Quando atores invocam determinados eventos históricos, não o fazem isoladamente, mas inserindo o evento em questão em uma cadeia temporal dotada de sentido e com a criação de efeitos para o presente e o futuro (Lazar, 2019, p. 3). O que se faz decisivo, portanto, é não apenas o conteúdo da narrativa, mas seu significado na sequência de eventos criada numa dada extensão do tempo.

Como boa parte da bibliografia sobre o tema tem destacado nos últimos anos, as demarcações e distinções entre passado, presente e futuro não são fatos de ordem natural e definidos a priori, mas atos performativos que visam gerar certo efeito no presente e, sobretudo, eficácia política (Avelar, 2022; Mudrovcic, 2018). Quando os atores se valem do futuro como recurso “fictício” ou imaginativo, construindo um encadeamento causal no qual esse futuro está condicionado por um determinado conjunto de ações que devem ser realizadas no presente, não deixam de estar colocando em prática uma forma de intervenção no mundo, realizando uma política do tempo (Ramalho, 2023, p. 11). Assim, uma análise política dos recursos à temporalidade “identifica o futuro como um fator muito mais ativo na análise política e sugere que precisamos prestar mais atenção na política aos espaços ‘intermediários’ que ficam nas junções de passados, presentes e futuros” (Little, 2022, p. 8).

Não é exatamente uma novidade a inserção da história nacional como uma sucessão de acontecimentos que se realizam no tempo *como destino*, com o futuro revelando um projeto inexorável e essencializado. A noção moderna vazia e homogênea do tempo foi o esteio necessário para a construção dos discursos sobre a nação. Nesta compreensão, o tempo, mais do que instância de disputa e policrônica, é a exterioridade do fenômeno chamado nação, a fim de objetivar o destino-progresso.

Sucintamente, o tempo se revela na história nacional (Rufer, 2024, p. 70-71). Imaginações e projetos acerca de um “Brasil do futuro” já serviram a importantes empreendimentos de exclusão e segregação política de minorias sociais, culturais e raciais no passado que fatigáramos aqui a listar, mas que foram recorrentes na difícil relação entre o Estado, sua interpretação da história nacional, e a população do país. De modo geral, perpetuou-se a visão de grupos hegemônicos politicamente acerca de uma suposta homogeneidade cultural do país que se refletia principalmente em como o futuro terminaria por confirmar as projeções do presente.

A UTOPIA CONSERVADORA

Operações com o tempo são decisivas na estrutura do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”. A despeito da menção aos institutos organizadores da obra e de seus membros, na primeira e na última página, escolhe-se, como já dito, uma autoria ficcional para o documento: “a ‘história do futuro’ é contada como sendo um relatório de conjuntura do escritório brasileiro de uma consultoria internacional (também fictícia) [sic], denominada CPEAZ” (Intituto Sagres, 2022a, p. 9). Não há grande elaboração em torno da CPEAZ - Consultoria Política e Empresarial para as Américas, além do informado de que se trata de um documento produzido pela – “SEÇÃO BRASIL”, ao que parece uma filial que, podemos supor, reporta à sua matriz talvez norte-americana. A escolha por uma consultoria internacional também desperta a curiosidade: seria assim uma consultoria mais imparcial, afastada das paixões e polarizações da história recente brasileira? Se o documento não fosse ligado a um setor, aquele militar, de bastante protagonismo em nossa história política, poderíamos acreditar que sim. Do mesmo modo, em terras onde o aconselhamento internacional tem alguma história, é intrigante que a “CPEAZ” seja a escolhida para produzir um relatório, como sublinhado no *Projeto*, fictício.

Seja como for, vale nos determos um pouco mais nas operações de neutralidade que são construídas no documento. Nas diretrizes do “Tema 11: coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria”,

encontramos, logo no primeiro tópico, a seguinte orientação: “neutralizar o poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico, que advogam antivalores culturais brasileiros” (Instituto Sagres, 2022a, p. 46). Assim, sempre falando a partir do ano de 2035, teria havido um revigoramento do patriotismo e de valores morais tradicionais, em contraposições a valores sociais contaminados por ideologias radicais. Tal cenário tornou possível o enfraquecimento da “cisão interna no Brasil, particularmente em seus matizes ideológicos, étnicos e religioso” (Instituto Sagres, 2022a, p. 46). Ou seja, o “sucesso” do país passou necessariamente por minorar suas diversidades internas e correntes utópicas em favor da coesão nacional.

Ora, na história do conceito de utopia⁵, somos advertidos por Miguel Abensour de que navegamos em um mar de ambiguidades que não são fortuitas, mas resultantes de uma certa história e de uma certa prática política. Assim, para determinar o conteúdo da utopia, convém sempre colocar a dupla questão: quem fala? A quem se fala? Ou ainda além, considerar os pares de oposição e o conjunto de noções: em relação a qual outra noção se define a utopia? De que tipo de relação se trata? Uma relação de contradição, quicá de exclusão, ou então de diferenciação ou de ultrapassamento? (Abensour, 1990, p. 26-28)⁶.

5 Cunhado por Thomas Morus ao combinar os neologismos gregos *eutopia*, lugar bom, com *outopia*, lugar nenhum, o conceito de utopia não possui definição fixa e muito mais produtivo parece ser pensá-lo em torno das práticas e representações das quais foi alvo nos últimos séculos. Assim, o gênero literário inaugurado a partir da obra de Morus, passou a expressar uma esperança, por vezes quimérica, mas sempre disruptiva. Com diferentes significados em cada contexto, o que cabe ser destacado é que a utopia sempre esteve ligada às necessidades profundas de uma época, podendo se alojar tanto no passado quando no futuro, ou mesmo na festa de um presente eterno. Ver: Liebel (2021).

6 Uma importante observação sobre a dimensão formal do texto Utópico também foi feita por Fredric Jameson. Segundo o autor, o estudo do fenômeno utópico deve deslocar a discussão do conteúdo para a representação. Assim, junto à observação da matéria-prima social e histórica do constructo Utópico, faz-se necessário investigar “as relações representacionais estabelecidas entre elas – como a clausura, a narrativa e a exclusão ou a inversão”. Dessa forma – e aqui reside o nosso interesse principal ao sublinharmos as operações discursivas de obscurcimento autoral no “Projeto de Nação”, o mais revelador “não é o que se diz, mas o que não pode ser dito, o que não se registra no aparato narrativo” (Jameson, 2021, p. 17).

Costumeiramente associada pelos representantes de uma dada ordem a concepções de existência que, de seu ponto de vista, não podem em princípio nunca se realizar, a utopia pode guardar, no entanto, uma importante nuance observada por Abensour para o caso do pensamento conservador⁷. Se é uma de suas características o apagamento da distinção entre natureza e história e a colocação do lado da natureza do que é de ordem histórica, não seria esse o melhor procedimento para compor um mapa das impossibilidades humanas? (Abensour, 1990, p. 26). Ou seja, não residiria no âmago do pensamento conservador, uma utopia dedicadamente cultivada?

Uma hipótese que parece consistente, portanto, é a de que o problema conservador não se parece exatamente com a ideia de utopia, mas com a utopia do outro, de modo que a sua própria continue encoberta e dissimulada por uma noção de ficção que não seria assim tão ingênua. Nada disso é novo, porém, se seguirmos com Abensour, e sublinharmos a mobilização que o “Projeto de Nação” faz do que, na tradição utópica, poderia se chamar “a potência do falso” na criação de mundos e na liberação do imaginário. Serviria, não obstante, recolocarmos a questão de Joan Scott sobre os programas políticos que imaginam futuros e que – sublinhemos isso – *podemos ou não querer habitar*.

Na utopia conservadora, sobressai a projeção pela homogeneidade e, como também notado por Scott em relação aos casos estudados nos Estados Unidos, a promessa por recuperar a história nacional daqueles que buscaram expandi-la e revisá-la (minorias – sexuais, raciais, étnicas, religiosas – e mulheres) (Scott, 2023, p. 39). A contraposição

7 Segundo Almeida (2019), por mais que esteja associada a processos e contextos históricos específicos, a crítica conservadora à Revolução Francesa, por meio da conservação das instituições, da prudência e em nome da ordem, é a referência canônica do pensamento conservador moderno. No debate público brasileiro, o termo conservador tem sido constantemente acionado “em sentidos razoavelmente elásticos; por vezes, identificado de modo excessivo e impreciso com fascistas, se na política, ou com fundamentalistas, quando na religião” (Almeida, 2019, p. 186). Para os propósitos deste texto, e novamente concordando com Almeida, cabe destacar que, no panorama brasileiro recente, o conservadorismo emerge como a principal resultante de diferentes forças políticas que apontam a direção e o sentido do processo social em curso.

fundamental do “Projeto de Nação” é que sua “EN [Estratégia Nacional] é, como podemos ler, “apartidária e sem radicalismos ideológicos, étnicos, religiosos, identitários ou de qualquer natureza, portanto, em total afinidade com o perfil predominante do povo brasileiro” (Instituto Sagres, 2022a, p. 27). Assim, haveria um perfil predominante do povo brasileiro, a saber, “conservador evolucionista não imobilista”, que se contrapunha à afirmação de diferenças. Ainda em 2035, porém, mesmo com a identificação rápida desse perfil inequívoco do povo brasileiro, seguia viva a ameaça de uma “revolução cultural promovida pelas correntes ideológicas radicais” (Instituto Sagres, 2022, p. 47).

Tal leitura ecoa o que já fora observado por João César de Castro Rocha acerca da tese de uma “hegemonia cultural da esquerda no Brasil”⁸, muito presente nos discursos de um dos gurus bolsonaristas, Olavo de Carvalho. Da mesma forma, essa leitura também parece ecoar duas outras referências que também foram discutidas por Castro Rocha ao estudar o fenômeno da guerra cultural bolsonarista: a adoção da narrativa conspiratória do projeto secreto do Exército brasileiro, o Orvil, e a adaptação da Doutrina de Segurança Nacional em tempos democráticos

8 Aproveito este ponto para contextualizar o documento aqui estudado também no interior de um movimento de maior amplitude acerca das Novas Direitas no Brasil. Diversos argumentos e interpretações que aparecem ao longo do “Projeto de Nação”, ecoam elementos que vêm sendo destacados por um conjunto de pesquisas recentes no Brasil. Assim, seria necessário reconhecer que, desde ao menos os acontecimentos de “Junho de 2013”, novos agentes políticos e também novas compreensões emergiram e evidenciaram uma valorização discursiva da lógica neoliberal nos diversos planos da vida, como na exacerbação do individualismo e de uma teologia da prosperidade atingindo, sobretudo, as classes trabalhadoras (Pinheiro-Machado, 2019). Em paralelo a isso, uma crise de legitimidade da instituição democrática – marcada pela visão da política como algo prescindível e negativo – se instala com o reforço de um sentimento “antissistema” cada vez mais difuso (Solano, 2019). Todo este contexto parece ainda ter sido agravado pela cristalização de novas identidades e afetos ligados a valores conservadores por intermédio das redes sociais e suas lógicas internas de funcionamento (Rocha, 2018). Do mesmo modo, o digital também parece estar na raiz de mudanças provocadas na política e na produção do conhecimento, tais como, novamente, o aprofundamento do neoliberalismo, e na era da pós-verdade, da ascensão de populismos conservadores, e mesmo do cristianismo evangélico (Cesarino, 2019, p. 551). Assim, é possível afirmarmos que os grupos que redigiram o “Projeto de Nação” também se aproveitaram de um ambiente fartamente propício para a produção e difusão de suas compreensões sobre história, identidade, futuro etc.

(Rocha, 2021). A referência à Doutrina de Segurança Nacional também foi destacada pelo coronel da reserva Marcelo Pimentel, que foi chefe do Estado-Maior da 7ª Região do Exército, correspondente a Pernambuco e parte do Nordeste, um importante crítico do ativismo político entre militares. Segundo Pimentel, o “Projeto de Nação: o Brasil em 2035” seria “uma recauchutagem da Doutrina de Segurança Nacional⁹ da época da ditadura com uma pegada, agora, gerencialista e neoliberal” (Charleaux, 2022). Também Mattos e Silva e Waldmann Júnior (2024, p. 318) observaram o resgate dos fundamentos da DSN por setores das forças armadas e, agora, adequados ao contexto linguístico das novas direitas.

A instrumentalização da suposta revolução cultural em curso no Brasil catalisaria, assim, o que nos parece ser a própria e dissimulada revolução cultural conservadora, que atuaria para afirmar os princípios inequívocos de um “perfil predominante do povo brasileiro”. Para o historiador e presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), Manuel Domingos Neto, “essa ideia liberal-conservadora é uma corrente extremista que nasceu há algumas décadas, foi frutificando, tomou porte a partir do governo Reagan”. Assim, ainda segundo Domingos Neto, o documento refletiria ideias copiadas de correntes entre as “alas extremistas dos Estados Unidos” (Domingos Neto, 2022, p. 23). Como operado pela guerra cultural bolsonarista, o “Projeto de Nação” desenvolve sua “retórica da essência, cujo corolário é a recusa intolerante do que não seja espelho”. Fica explícito, então, “o sentido da guerra cultural *bolsonarista*: eliminação sumária do outro, sempre visto como *inimigo*” (Rocha, 2021, p. 117).

9 Segundo Moraes (2023, p. 9), a Doutrina de Segurança Nacional possui raízes fincadas na própria fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), no contexto do início da Guerra Fria. Assim, há uma lenta maturação na cultura institucional das Forças Armadas de entendimentos característicos da DSN, como a persistência do intervencionismo militar a partir de um sentido de tutela sobre a nação, cuja condução é considerada inacessível à soberania popular. Além disso, a DSN sugere haver uma incompatibilidade entre o binômio segurança/desenvolvimento e a ordem democrática. Nessa perspectiva, “a guerra e a estratégia são a única realidade e a resposta a tudo, e a ordem interna deve ser securitizada (contra o povo despreparado ou o comunismo)”.

Opera-se no documento, portanto, um movimento pelo qual a única entidade capaz de se temporalizar é a nação coesa e unificada. Aos elementos que, por ventura, fujam da consideração sobre o “perfil predominante do povo brasileiro”, é reservada a posição de erro, desvio, irrelevância ou mesmo o esquecimento¹⁰. Assim, haveria um movimento natural da história de confirmação diacrônica da coesão nacional, enquanto os momentos nos quais essa coesão sofre algum abalo podem ser interpretados como desvios de rota ou crises que, ora ou outra, serão vencidas por um destino já traçado. Dentre as nove aparições da palavra “crise” no documento, chamo a atenção para duas delas. Primeiro, associada ao combate “à corrupção crônica de valores que, há décadas, enfraquece a moral, a ética, o civismo e a autêntica cidadania” (Instituto Sagres, 2022a, p. 45). Na segunda, na crítica ao movimento *globalista* que, com “pautas destinadas a conceder benesses a determinadas minorias, em detrimento da maioria da população [...] provoca *crises* que enfraquecem a Nação em sua busca pelo desenvolvimento” (Instituto Sagres, 2022a, p. 12, *itálico nosso*).

Ao estudar a coexistência conflituosa de tempos no Brasil contemporâneo, Rodrigo Turin identifica, em discursos de forças reacionárias emergentes, um uso de “crise” como gestão de temporalidades, operando uma estratégia de sincronização, antes, por exemplo, garantida pela noção de progresso. Para Turin, o principal efeito dessa sincronização em torno da noção de “crise” é o que ela busca neutralizar: “a sedimentação e a duração dos outros tempos que a ameaçam” (Turin, 2022, p. 90). Em nome do “perfil predominante do povo brasileiro”, o “Projeto de Nação” entende como crise a afirmação de diferenças que possam ser – novamente – sexuais, raciais, étnicas, religiosas.

10 Chama atenção que nem mesmo a crise climática, importante vetor de temporalização no presente, seja pelos relatórios do impacto real nas condições de vida, ou seja pela produção ficcional cinematográfica, discursiva em torno dela, é capaz de se apresentar como uma questão que a década de 2030 deveria necessariamente enfrentar. No limite, a crise climática aparece esparsamente no Projeto como uma “alteração climática” que poderia, inclusive, render boas oportunidades de negócios na “bioeconomia”.

Reveladora é a cena, também na cerimônia de lançamento do “Projeto de Nação”, em maio de 2022, quando, em meio a militares da reserva, senhores e senhoras brancos, capitaneados à frente pelo General Villas Boas, uma família majoritariamente negra é chamada ao palco. São assim apresentados: Paulo Henrique Gregório, sua esposa Elaine e suas filhas Camila e Carolina. Recebem, então, como família, “em nome do povo brasileiro” um exemplar do documento. O mestre de cerimônia retoma a fala e ressalta: “conforme já dito, o dono desse projeto é o povo brasileiro”.

Figura 3: Cerimônia de lançamento do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”, maio de 2022



Fonte: Instituto Sagres (2022b).

A operação de criar uma “homogeneidade de longo prazo” para a história brasileira, recordando a própria fórmula do conceito moderno e ocidental de história estudado por Reinhart Koselleck, também foi observada por Fernando Nicolazzi ao investigar a narrativa histórica do documentário “Brasil: uma cruzada”, da empresa negacionista Brasil Paralelo (Nicolazzi, 2023). Ali, igualmente, sobressai uma compreensão da formação histórica da sociedade brasileira eurocêntrica, vinculada

ao conservadorismo cristão, ao patriarcalismo oitocentista e aos afetos nacionais, carregada de efeitos visuais e sonoros com tons dramáticos e cenas monumentalizadas. Tal como visto no “Projeto de Nação”, a partir da proposta de retomada dos “vultos históricos do Brasil”, subjaz a visão de uma história, dividida entre vício e virtude, maus e bons, como força moralizante da nação. Conforme demonstrou Vicente Detoni (2022) ao estudar grupos monarquistas no Brasil contemporâneo, a recuperação da história do Brasil oitocentista nesses grupos acaba por assumir o significado de reencontro da sociedade brasileira com sua identidade mais profunda, isto é, a matriz lusa/europeia e católica da formação da sociedade brasileira – uma espécie de “identitarismo euro-cristão” (Araujo, 2023, p. 26) – colocada não como a única existente, mas como aquela que ocupa a posição do contemporâneo e do futuro.

É certo que as cronopolíticas do nacional-populismo, para me valer do termo usado pelo estudioso do tema Hakki Tas, não são exclusividade brasileira e uma coletânea recém-lançada analisou as “reivindicações de um passado do povo” em diversos países (Bevernage *et al.*, 2024). Na Turquia de Recep Erdogan, Hakki Tas sublinhou a estratégia do discurso histórico nacional-populista em localizar contingentes dentro de uma ordem temporal mais ampla e estabelecer uma continuidade histórica. Nessas narrativas, uma dinâmica por vezes se repete, mas seu real significado parece encoberto: há um conjunto de boas pessoas que reivindicam o poder das elites corruptas. Junto a isso, chegam também compreensões de um passado mítico, um presente de crise e um futuro utópico, no qual esses desvios cedem espaço ao destino manifesto da nação. Sim, destino, pois mais do que um passado e um futuro, a nação, no nacional-populismo, possui uma herança e um destino, com um lugar e uma missão assegurados e exclusivos ao longo da história (Tas, 2022, p. 128). Para Tas, neste modelo, o futuro não está fechado e, portanto, estimula tanto a esperança como o desespero, apresentado às pessoas como apenas duas opções diante de si: o futuro como extensão promissora do passado glorioso, ou como quadro sombrio e caótico, marcando a derrota do povo na sua guerra de sobrevivência (Tas, 2022, p. 136).

QUEM TEM MEDO DA TEORIA?

Seria necessário, ainda, dizer que o documento aqui analisado pode ser situado em uma longa trajetória da relação entre militares e política. Manuel Domingos Neto (2022, p. 25) observa no documento a presença do espírito autoritário militar herdado da Ditadura Militar, mas também do período do Estado Novo, pois ali “que surge a ideia de política do Exército, com o general Góes Monteiro. O general Góes disse: ‘não devemos fazer política no Exército, mas fazer a política do Exército’”. Do mesmo modo, também Mattos e Silva e Waldmann Júnior (2024) destacaram o papel político importante de oficiais da reserva, estabelecendo alianças pontuais e ecoando opiniões de militares da ativa e também com oficiais da ativa que se aproveitam do fato de que militares reformados não possuem restrições no que se refere às suas manifestações políticas.

Todo este contexto pode, potencialmente, criar situações mais graves, nas quais “as autoridades militares passam a desafiar as autoridades legitimamente eleitas, minando o controle civil sobre as forças armadas e os princípios da soberania popular” (Mattos e Silva; Waldmann Júnior, 2024, p. 317). Reconhecido, portanto, que haveria formas de situar o documento aqui analisado em um movimento maior ligado à longa história de imiscuição de militares brasileiros com a política, do crescimento das novas direitas e de guerra cultural no ambiente digital, gostaria, no entanto, de concluir este texto com um retorno direto ao “Projeto de Nação” e a um ponto que mais nos interessa aqui diretamente: sua relação com a história e seu ensino.

Diante de alguma incerteza que 2035 ainda apresentava acerca do tema “Evolução da coesão nacional, do civismo e do sentimento coletivo de Pátria”, a diretriz do “Projeto de Nação” sobre o que fazer com a história do Brasil é clara: “Priorizar os conteúdos presentes nos eventos históricos sobre os aspectos teórico-metodológicos no processo de ensino de História do Brasil” (Instituto Sagres, 2022a, p. 47). O exaltado desprezo pelos aspectos teórico-metodológicos no conhecimento histórico é profundamente coerente com o restante do documento, como foi

possível observar. Por que haveria apreço por algo que tem por função colocar perguntas, discutir conceitos, operar um deslocamento produtivo do sujeito enunciador? A história do Brasil que interessaria é aquela da “raça distinta e vencedora” de Mourão e da biografia de grandes homens, como delineava o projeto dos “vultos históricos”. Priorizar os “conteúdos”, como entidades dadas, não construídas, fatos brutos, sobre os aspectos teórico-metodológicos é exatamente o que o documento constrói do início ao fim: um obscurecimento de suas condições de produção e daqueles mais diretamente interessados sob a máscara de um futuro visto como destino.

Se o negacionismo se baseia menos numa falsificação empírica do que em representações omitidas, conforme observou Arthur Ávila (2021), aqui talvez estejamos diante de um fenômeno que, além de omitir representações, também omite o caráter situado do *Projeto* e de seu enunciador por detrás do véu da nação como entidade que a todos reuniria igualmente. No arco que cobre de 2015 a 2035, período visto no documento como o despertar de um gigante adormecido, teríamos então que, até meados de 2021, conforme foi possível ler, “dados, datas, informações e fatos foram normalmente descritos, mas, a partir daí, tudo no texto do cenário é, repita-se, fictício” (Instituto Sagres, 2022a, p. 9). Se assim o é, digamos então que viemos do futuro e que, em outubro de 2022, talvez o “Projeto de Nação” tenha sido abortado pelos próprios brasileiros, afinal, faltou-lhe votos.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. *O novo espírito utópico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.
- ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Independência, atualismo e negacionismo: Como enviar histórias para o futuro. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 15-36, 2023.
- AVELAR, Alexandre. Por que a derrubada de estátuas não deveria incomodar os historiadores? Tempo, anacronismo e disputas pelo passado. *ArtCultura*, v. 24, n. 44, p. 134-156, jan.-jun. 2022.
- ÁVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, p. 161-184, ago. 2021.
- BEVERNAGE, B. et al. (eds.). *Claiming the People's Past: Populist Politics of History in the Twenty-First Century*. Cambridge University Press; 2024.
- CALDEIRA, Pedro Custódio. O retorno da grande estratégia brasileira: o projeto de nação dos militares. *Direitos Fundamentais*, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://direitosfundamentais.org.br/o-retorno-da-grande-estrategia-brasileira-o-projeto-de-nacao-dos-militares/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
- CHARLEAUX, João Paulo. Qual o projeto de nação de militares ligados ao governo. *Nexo Jornal*, 24 maio 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/24/qual-o-projeto-de-nacao-de-militares-ligados-ao-governo>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- DETONI, Vicente Silveira. O que faz o passado do Império do Brasil presente? Sentidos, historicidades e ativismo monárquico no ocaso da Nova República (2013-2021), *Lusotopie*, v. XXI, n. 2, 2022.
- DOMINGOS NETO, Manuel. O projeto de poder do Partido Militar até 2035. *Tensões Mundiais*, v. 18, n. 37, p. 21-35, 2022.
- ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro: A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.

- Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2114>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- EVELIN, Guilherme. Quem é Antonio Paim, o filósofo baiano que fez a cabeça do Ministro da Educação. *Época*, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/quem-antonio-paim-filosofo-baiano-que-fez-cabeca-do-ministro-da-educacao-23361323>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- INSTITUTO SAGRES. *Projeto de Nação – Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices*. Brasília: Sagres, 2022a.
- INSTITUTO SAGRES. *Projeto de Nação - Solenidade de Lançamento*. YouTube, 22 de maio de 2022b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ZNhzTSaDF4&feature=youtu.be&ab_channel=InstitutoSagres. Acesso em: 16 ago. 2024.
- JAMESON, Fredric. *Arqueologias do futuro: O desejo chamado Utopia e outras ficções científicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LAZAR, Nomi Claire. *Out of joint: Power, crisis and the rethoric of time*. New Haven/ London: Yale University Press, 2019.
- LIEBEL, Sílvia (org.) *Das utopias modernas às distopias contemporâneas: Conceito, prática e representação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- LITTLE, Adrian. *Temporal Politics: Contested Pasts, Uncertain Futures*. Edinburgh University Press, 2022.
- MATTOS e SILVA, Ivan Henrique de; WALDMANN JÚNIOR, Ludolf. O Projeto de Nação e o Weltanschauung da extrema-direita militar contemporânea. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 16, n. 33, jul./dez. 2024.
- MORAIS, João Rafael Gualberto de Souza. O que resta da doutrina de segurança nacional? O legado da DSN na Segurança Pública Pós-1988. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 32, n. esp. 2, e023014, 2023.
- MUDROVICIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿Quiénes son mis contemporáneos? *ArtCultura*, v. 20, n. 36, 2018.
- NICOLAZZI, Fernando. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. *Passés futurs*, v. 13, p. 1, 2023.
- NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

- PENIDO, Ana; MATHIAS, Suzeley Kalil; BARBOSA, Lisa Sousa. A defesa da Amazônia e sua militarização. *Novos cadernos NAEA*, v. 25, n. 1, p. 103-128, jan./abr. 2022.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior*: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta, 2019.
- RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História*, v. 42, p. e2023036, 2023.
- ROCHA, Camila. O *boom* das novas direitas brasileiras: Financiamento ou militância? In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política*: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.
- ROCHA, João César de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: Crônicas de um país pós-político. São Paulo: Editora Caminhos, 2021.
- RUFER, Mario. Às voltas com o pós-colonial: O conceito e suas implicações. Serra: Editora Milfontes, 2024.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Ativismo e extrema direita no meio militar: tensões e discursos que antecedem o bolsonarismo (1984-1998). *Brasiliانا: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 2, 2021.
- SCOTT, Joan. Os usos políticos da história. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 37-52, jan. 2023.
- SOLANO, Esther. La bolsonarización de Brasil. *Documentos de Trabajo* (IELAT - Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latino-americanos), n. 121, 2019.
- TAS, Hakkı. The chronopolitics of national populism, *Identities*, v. 29, n. 2, p. 127-145, 2022.
- TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 105, p. 85-104, 2022.
- VENANCIO, Giselle Martins. Julgou o jury a Brasileira, não julgou os concorrentes: Coleção e produção intelectual no Brasil dos anos 50. *Revista Maracanã*, v. 10, n. 10, p. 108-119, jan./dez. 2014.

Recebido: 26 maio 2025 / Revisto pelo autor: 4 nov. 2025 Aceito: 19 ago. 2025

Editor responsável: Ely Berço de Carvalho.